

## **Espaço Público e Coesão Territorial – O Caso da “Rambla de La Mina”**

**Ana Júlia Pinto\***<sup>1</sup> *Mestre em Engenharia do Território pelo IST, doutoranda Universidade de Barcelona no programa Espacio Publico y Regeneración Urbana.*

### **Abstract**

*The urban structure hosts an enormous variety of factors and interactions that, on one hand, reveal its interest and uniqueness but, on the other hand, leads to some of today's problems of territorial cohesion.*

*Public spaces have a fundamental role in the urban structure and city life, as they allow for formal and environmental continuity, accessibility, visibility, contributing to the reinforcement of social and economical centralities. Therefore it is fundamental to think of public spaces as important instruments on promoting territorial cohesion. The need to adapt public spaces to each site's specificities, in a local perspective as well as on the broader scale (city, region) becomes evident, highlighting the necessity for the articulation of both scales, in the way of promoting a cohesed and inclusive territories.*

*It is on the often unstructured cities' peripheries, with their peculiar urban characteristics, that these interventions assume a greater importance, as with the case of the Barrio de La Mina, in Barcelona.*

### **Resumen**

*La estructura urbana alberga una enorme variedad de factores e interacciones que, por una parte, ponen de manifiesto su interés y su singularidad, pero, por otro lado, generan algunos de los problemas actuales de cohesión territorial.*

*Los espacios públicos tienen un papel fundamental en la estructura urbana y la vida de la ciudad, ya que para la educación formal y permitir la continuidad del medio ambiente, la accesibilidad, la visibilidad, lo que contribuye al fortalecimiento de centralidades sociales y económicas. Por lo tanto, es fundamental pensar en los espacios públicos como instrumentos importantes en la promoción de la cohesión territorial. La necesidad de adaptación de los espacios públicos a las especificidades de cada sitio, en una perspectiva local, así como en una mayor escala (ciudad, región) se hace evidente, poniendo de relieve la necesidad de la articulación de ambas escalas, para promover unos territorios cohesos e inclusivos.*

*Es, a menudo, en la no estructurada periferia de las ciudades, con sus peculiares características urbanas, que estas intervenciones de asumen una mayor importancia, como en el caso del Barrio de La Mina, en Barcelona.*

**Keywords** *Public Space; Territorial Cohesion; Urban Space; Territorial Scales; Guiding Principle; La Mina; Barcelona.*

### **Introdução**

O espaço público contribui, fortemente, para a estruturação das cidades conferindo-lhes identidade. Desempenha também um importante papel na interligação entre as diferentes áreas da cidade, promovendo a continuidade formal da estrutura urbana, não apenas no que se refere à estrutura edificada do espaço urbano (edifícios e infra-estruturas), mas também ao nível da estrutura natural, razão pela qual se considera que estes espaços estão associados à estruturação ambiental das cidades. O espaço público tem, ainda, implícito um carácter público, de uso social colectivo e multifuncionalidade, caracterizando-se fisicamente pela sua acessibilidade, que lhe confere muitas vezes um carácter de centralidade. Assim, no âmbito do presente trabalho, defende-se ser fundamental pensar o espaço público como obra de qualificação da sua envolvente e de qualidade intrínseca, como o são a sua capacidade de promover a continuidade do espaço urbano e de ordenar e estruturar o território.

No contexto da cidade actual, deparamo-nos diariamente com problemas associados ao forte crescimento e expansão urbana desordenada, característico das últimas décadas. Muitos destes problemas estão directa ou indirectamente relacionados com a fraca promoção da coesão territorial no espaço urbano. É frequente verificarem-se inúmeros problemas de coesão territorial, tais como, [1] a fragmentação de importantes estruturas naturais; [2] a perda de identidade e problemas de conectividade dos tecidos constituintes da malha urbana; [3] problemas de exclusão social e marginalização; [4] disparidades económicas e falta de diversidade. É no sentido de solucionar estes problemas que surge a necessidade de introduzir o conceito de coesão territorial nos processos de planeamento das intervenções no espaço urbano.

Com a introdução do conceito de coesão territorial pretende-se promover a criação de espaços urbanos coerentes e inclusivos, surgindo o espaço público como um elemento privilegiado no sentido de atingir este objectivo. Com efeito, dada a sua génese e potencialidades, bem como a sua abrangente natureza (dimensão, vocações, localização, tipologia, etc.), o espaço público permite a conexão e coerência do tecido urbano, desempenhando um papel determinante na definição da forma e da silhueta urbana e respectivas ligações. Deste modo, constitui-se como um instrumento operativo de coesão territorial no que diz respeito à continuidade formal e ambiental, à mobilidade/acessibilidade no espaço urbano e à visibilidade da cidade, permitindo conferir coerência à forma do tecido urbano, promovendo a interligação das malhas, bem como a continuidade e coerência das redes urbanas (eixos viários estruturantes, outras infra-estruturas, estrutura ecológica, espaços verdes, entre outros).

Neste contexto, o objectivo central do presente trabalho é o de definir princípios que constituam as linhas orientadoras gerais para a promoção da coesão territorial através dos projectos de espaço público, no sentido de orientar o desenvolvimento das acções de planeamento, programação e desenho dos mesmos, em prol da construção de territórios coerentes, inclusivos e estruturados no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Procurando avaliar a capacidade de um espaço público promover a coesão territorial do espaço urbano em que se insere, mas também com o intuito de testar a aplicabilidade dos princípios orientadores desenvolvidos, procede-se à aplicação dos mesmos ao caso de estudo *Rambla de La Mina*.

### **A coesão territorial através de projectos de espaço público**

Os processos de planeamento urbano constituem instrumentos fundamentais para a coesão territorial e o espaço público surge como o seu elemento estruturante, verificando-se a necessidade de o planear no sentido da coesão territorial. Dada a sua génese e potencialidades, o espaço público permite a conexão e coerência do tecido urbano, constituindo-se como um valioso instrumento de coesão territorial, nas suas diversas dimensões (continuidade – formal e ambiental, mobilidade/acessibilidade, visibilidade, multi-funcionalidade, social e económica).

O espaço público, devido à sua abrangente natureza (dimensão, vocações, localização, tipologia, entre outros), tem um papel determinante na definição da forma e da silhueta urbana e respectivas ligações, constituindo-se assim como um instrumento operativo de coesão territorial no que diz respeito à continuidade formal e ambiental, à mobilidade/acessibilidade no espaço urbano e à visibilidade da cidade, permitindo conferir coerência à forma do tecido urbano, promovendo a interligação das malhas, bem como a continuidade das redes urbanas (eixos viários estruturantes, outras infra-estruturas, estrutura ecológica, espaços verdes, entre outros).

A continuidade do tecido urbano é um requisito fundamental para a promoção da coesão territorial, uma vez que só através dela é possível construir um espaço urbano coerente, no que diz respeito aos seus grandes eixos estruturantes, à arquitectura, à estrutura ecológica, entre outros. Como se referiu anteriormente, considera-se que a dimensão de continuidade pode direccionar-se em dois sentidos distintos, mas simultaneamente complementares, o da coesão formal e o da coesão ambiental, desempenhando o espaço público um papel determinante no que diz respeito à continuidade da malha urbana.

O facto de que a finalidade última do espaço público ser o seu usufruto por parte da população, bem como a satisfação das suas necessidades e expectativas a este nível, vem justificar as funções de coesão territorial nas dimensões social, económica e de multi-funcionalidade do mesmo. Neste sentido, o espaço público, (que reflecte o sistema de relações sociais e culturais do espaço urbano em que se insere), promove a sua apropriação e sentimento de pertença por parte da população, contribuindo para a formação do carácter identitário de um território. Refira-se ainda que o espaço público, quando bem programado e adaptado ao local em que se insere e à comunidade que pretende servir, pode contribuir fortemente para minimizar fenómenos de exclusão social (que tanto afectam as cidades actuais), através das dinâmicas de utilização que nele se geram.

Por outro lado, os espaços públicos constituem uma síntese da dinâmica socioeconómica que afecta a cidade (Gonçalves, 2006), sendo a coesão ao nível económico promovida através da potencial geração de dinâmicas económicas, como o aparecimento de comércio e novas actividades empregadoras, impulsionadas pela localização e tipologia do espaço público.

Refira-se ainda que, segundo Borja, (2003) um espaço público efectivamente promotor de coesão deve ser social e territorialmente polivalente, aberto à evolução, à diversidade e à dinâmica económica.

Denota-se assim a importância da multi-funcionalidade do espaço público no sentido de se constituir como um espaço atractivo para a população, assumindo características de centralidade e apresentando uma flexibilidade de usos que lhe permite uma maior adaptabilidade à evolução das dinâmicas urbanas, e consequentemente promover uma perspectiva temporal alargada de coesão territorial.

Deste modo, no processo de planeamento do espaço urbano, torna-se fundamental pensar as intervenções de espaço público, como instrumentos capazes de contribuir para a solução das problemáticas do sistema urbano relacionadas com a coesão territorial, tirando partido do papel estruturador que este tipo de espaços pode desempenhar nas cidades.

No sentido de planear em prol de um território coerente e estruturalmente coeso, torna-se fundamental que as acções de planeamento urbano, sejam elas intervenções a escalas mais alargadas – definição de políticas de acção e orientações estratégicas – ou a escalas mais locais – projectos para uma área específica; sejam guiadas por princípios orientadores que promovam a coesão territorial nas diversas vertentes.

Por se considerar que os espaços públicos desempenham um papel fundamental na estruturação do território, é de extrema importância que o planeamento dos mesmos (desde as escalas urbanas mais abrangentes às mais locais) seja sustentado por princípios orientadores que os guiem no sentido da coesão territorial. Deste modo, é fundamental que os projectos de espaço público sejam orientados no sentido de promover a sua adequação à realidade em que se inserem, nomeadamente, promovendo espaços urbanos bem inseridos no meio natural e adaptados às características biofísicas, permitindo a continuidade das redes urbanas e o enquadramento face à forma e escala arquitectónica da sua envolvente. Porém, estes princípios orientadores devem também guiar os projectos de espaço público no sentido de poderem dar resposta às necessidades e expectativas da sua população alvo, quer ao nível da tipologia de espaço a desenvolver, quer ao nível das actividades que aí deverão decorrer e das dinâmicas a serem geradas.

Em suma, considera-se que o planeamento, programação e projecto dos espaços públicos devem ser orientados no sentido de promover a coesão do espaço urbano aos níveis ambiental, social, económico e formal, considerando as diferentes escalas territoriais, desde o contexto territorial em que o espaço público se insere, à área da sua envolvente e respectiva área de inserção.

### **Diferentes escalas territoriais**

O planeamento urbanístico deve ser visto como um processo “multi-espacial”, uma vez que envolve várias escalas territoriais, às quais estão associadas diferentes tipologias de intervenções urbanas. É comum definirem-se três escalas de planeamento urbanístico associadas aos respectivos níveis de administração e também aos âmbitos de gestão territorial: [1] escala nacional e internacional; [2] escala regional e sub-regional; [3] escala municipal, local e de pormenor.

As referidas escalas territoriais distinguem-se não só pela maior ou menor abrangência das suas áreas geográficas de intervenção, mas também pelo âmbito das suas intervenções e consequentemente pelos instrumentos de gestão territorial que utilizam e respectivas entidades responsáveis.

Sendo o espaço público um elemento estruturante do espaço urbano, com um papel decisivo na coesão territorial do mesmo, também ele deve ser pensado e planeado segundo as referidas escalas territoriais de análise, por forma a possibilitar intervenções coerentes e articuladas com os espaços envolventes e inseridas nas estratégias de desenvolvimento municipal e regional.

Neste sentido, também o espaço público tem um carácter “multi-espacial”, isto é, deve ser pensado, programado e desenhado tendo em consideração as diferentes escalas às quais tem expressão / influência. Com efeito, considera-se que a concepção de um projecto de espaço público deve considerar pelo menos três escalas territoriais no sentido de promover a coesão do espaço urbano, sendo elas: o contexto territorial em que o espaço público se insere, a área envolvente ao espaço público e a área de inserção do espaço público propriamente dita.

Note-se que, a dimensão espacial do contexto territorial de inserção do espaço público, bem como do seu espaço envolvente pode variar (abranger uma maior ou menor área), em função da tipologia de espaço público em questão, uma vez que algumas tipologias, como os parques urbanos, as grandes avenidas e praças ou os eixos viários estruturantes, têm uma influência mais alargada a escalas superiores do que outros, de que são exemplos algumas ruas, pequenos jardins, largos e praças, entre outros.

Refira-se ainda que a maior ou menor abrangência geográfica das referidas escalas territoriais, não depende apenas da tipologia do espaço público em questão, mas também das dinâmicas por ele / nele

geradas. Um espaço público, dependendo da sua multi-funcionalidade, da sua adaptabilidade à realidade em que se insere e da população a que se destina, gera mais ou menos dinâmicas económicas, sociais, culturais, funcionais, (no tecido urbano), dinâmicas estas que podem fomentar ou inibir a sua utilização. É por esta razão que se pensa que também a adaptabilidade do espaço público à realidade física e social em que se insere, contribui para a dimensão das suas escalas de influência, podendo aumentar ou diminuir o seu âmbito geográfico.

Comprovado que está o papel fundamental desempenhado pelos espaços públicos no sentido de promover a coesão territorial do espaço urbano, importa referir que e seu planeamento deve ter em consideração as diferentes escalas sobre as quais o mesmo tem influência.

A coesão territorial, nas suas diversas vertentes só pode ser efectivamente atingida quando instrumentos valiosos como o espaço público forem planeados de forma a integrar e articular as opções tomadas nas diversas escalas territoriais. Deste modo, um projecto de espaço público para uma determinada área específica, deve integrar as orientações e estratégias definidas pelos instrumentos das escalas hierarquicamente superiores para a estrutura urbana e para os espaços públicos da região ou município, bem como procurar integrar-se, de forma coerente e harmoniosa, no tecido urbano (considerando as vertentes ambiental, social, económica e formal) da sua envolvente.

No sentido de orientar o planeamento das intervenções de espaço público em prol da coesão territorial, definiram-se três escalas territoriais distintas (Quadro 1). Saliente-se ainda que as referidas escalas territoriais assumem como unidade máxima o município e a região, por se considerar que a grande maioria dos espaços públicos têm como influência máxima este contexto territorial, muito embora hoje em dia possam ser planeados, excepcionalmente, espaços públicos com o intuito de terem expressão à escala nacional e até mesmo internacional.

Importa salientar que o projecto de espaço público deve ser visto e pensado como um todo, e não apenas como um elemento isolado no espaço urbano. Um projecto espaço público deve integrar as orientações definidas em todas as escalas territoriais de análise, procurando ir ao encontro das estratégias regionais e municipais com incidência na sua área de inserção, adoptando soluções formais e funcionais que lhe permitam uma inserção coerente na sua envolvente e seguindo soluções técnicas e de escolha de materiais que promovam a sua sustentabilidade.

Escalas Territoriais	Âmbito Geográfico	Instrumentos	Natureza das Orientadores para a Coesão Territorial
<b>EA</b> Contexto Territorial	Depende das funções do espaço público, podendo representar: >Região >Município >Cidade	Planos estratégicos Planos especiais Planos directores Programas de intervenção	Orientações face a estratégias de desenvolvimento regional, municipal, etc.
<b>EB</b> Espaço Envolvente	Espaço envolvente ao espaço público, podendo representar: >Localidade >Bairro >Quarteirão	Planos de pormenor Programas do espaço público Processos de participação cidadã Processo de concepção do espaço público	Orientações face às características urbanísticas envolventes
<b>EC</b> Área do Espaço Público	Área de ocupação do projecto de espaço público	Processo de concepção e desenho do espaço público Processos de participação cidadã	Orientações específicas de concepção e desenho do espaço público

Quadro 1 – Caracterização genérica das escalas territoriais de análise para a coesão territorial

## Princípios orientadores

Conforme se referiu anteriormente, o espaço público constitui-se como um elemento privilegiado no sentido a ajudar a promover a coesão territorial do espaço urbano. Assim, considera-se fundamental definir linhas orientadoras gerais que possam guiar as intervenções de espaço público no sentido da coesão territorial. Importa salientar que estes princípios orientadores não devem ser estáticos, mas sim

dinâmicos necessitando de serem adaptados à realidade específica de cada espaço público, de forma a poderem cumprir a sua finalidade.

A promoção da coesão territorial, e logo os princípios apresentados são importantes factores a ter em consideração no âmbito da qualificação do espaço público, factores estes que estão longe de se referirem apenas aos aspectos físicos e formais do desenho urbano, englobando também aspectos socio-económicos, culturais, ambientais, bem como estratégias de desenvolvimento urbano.

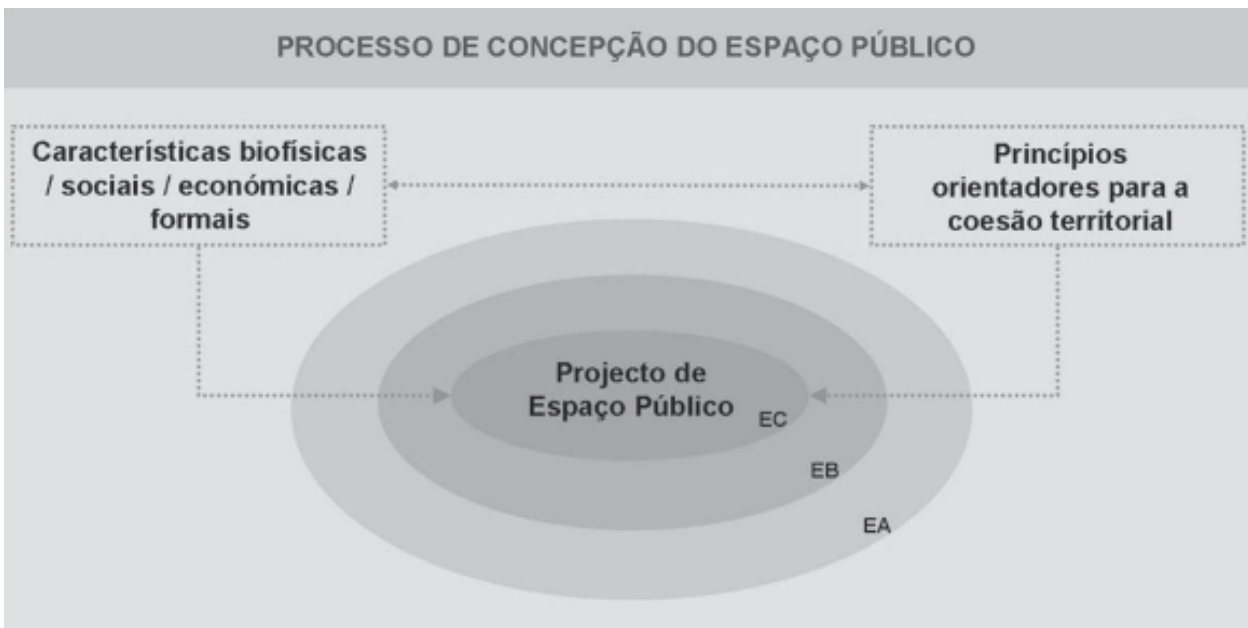
Deste modo, no sentido de abarcar todos os factores que contribuem para a coesão territorial do espaço urbano que têm expressão ao nível do espaço público, considera-se que os princípios orientadores para a coesão territorial devem ter em consideração áreas de estudo como: a identidade / sentimento de pertença / apropriação; as características biofísicas do local; os factores e dinâmicas socioeconómicas; as condições de mobilidade e acessibilidade; os aspectos de continuidade / permeabilidade da malha urbana; os usos e funções presentes; e os aspectos de segurança e conforto; materiais. De referir que para cada uma destas áreas devem ser definidas orientações com a finalidade de guiar a concepção do projecto de espaço público nas diferentes escalas territoriais sobre as quais o referido projecto tem incidência, desde o contexto territorial em que se insere, ao espaço da sua envolvente, até à sua área de ocupação propriamente dita.

Assim, consideram-se as seguintes linhas orientadoras gerais, como essenciais no sentido de guiar o planeamento, programação e desenho dos espaços públicos, em prol da coesão territorial:

- >Deve ter-se sempre presente o conceito de **sustentabilidade**, procurando encontrar modelos de desenvolvimento em que se promova a equidade ao nível económico, social e ambiental;
- >Promoção do reforço do **carácter identitário / apropriação**, não só do espaço público, mas também do espaço urbano em que se insere;
- >Promoção da **integração biofísica** do espaço público, isto é, sua adaptação à realidade física em que se insere, procurando minimizar impactes negativos sobre a envolvente biofísica;
- >Adaptação do espaço público às características e **dinâmica social** do espaço urbano em que se insere, no sentido de minimizar os fenómenos de exclusão social e marginalização;
- >Adaptação do espaço público às estratégias de **desenvolvimento económico** existentes, bem como satisfazer as necessidades da sua população alvo ao nível da criação de actividades económicas prestadoras de serviço público;
- >Criação de condições de **mobilidade e acessibilidade** que promovam espaços urbanos inclusivos e acessíveis a toda a população e que, igualmente, promovam uma melhor compreensão do espaço promovendo a sua utilização;
- >Configuração e desenho dos espaços públicos de forma a promover a **continuidade e permeabilidade** com a estrutura urbana existente, assegurando não só a cadeia de acessibilidades, mas também as relações entre os edifícios adjacentes e a complementaridade dos espaços, assim como a continuidade e complementaridade das funções e actividades neles desenvolvidas;
- >**Adaptação das funções e actividades** a desenvolver no espaço público, à realidade territorial em que se inserem e à população presente;
- >Promoção da **segurança, conforto** e aprazibilidade quer no acesso ao espaço público, quer na sua utilização, nomeadamente procurando soluções de desenho e escolha de materiais adequados às características do local e à população que se pretende servir;
- >**Adequabilidade dos materiais** a escolher / adoptar no espaço público, face às características do espaço urbano em que se insere, nomeadamente, funções a desempenhar, características dos seus potenciais utilizadores, intensidade de utilização e especificidades biofísicas;
- >Promoção de uma efectiva **participação cidadã** ao longo de todo o processo de concepção dos espaços públicos, para que estes possam responder às necessidades efectivas da sua população alvo.

Importa referir que a concepção do projecto de espaço público não deve orientar-se apenas através dos princípios para a coesão territorial, devendo também ter por base o conhecimento aprofundado das características biofísicas, sociais, económicas e formais nas diversas escalas territoriais em que o projecto têm influência. Deste modo, e como se apresenta esquematicamente na figura seguinte, só é possível conceber um projecto de espaço público coerente, adaptado às necessidades e expectativas da população, bem inserido no espaço urbano envolvente, etc., através de uma conjugação de conhecimento entre as características do local e os princípios orientadores para a coesão territorial.





O conhecimento das características locais e os princípios orientadores para a coesão territorial no processo de concepção do espaço público

### “Rambla de La Mina”: espaço público promotor de coesão territorial

No sentido de enquadrar o espaço público que de seguida se analisará, importa referir que, o Bairro de *La Mina* localiza-se na zona oriental da cidade de Barcelona estando, no entanto, integrado no município de *Sant Adrià*. O bairro encontra-se separado da restante área do município a que pertence, por duas marcantes barreiras físicas: o *Rio Besòs* e a *Ronda Litoral* da cidade de Barcelona. Assim, embora se considere que o Bairro de *La Mina* faz ainda parte da Área Metropolitana de Barcelona, este encontra-se numa localização bastante periférica face a esta cidade. Trata-se de um bairro densamente povoado, uma vez que conta com uma população entre os 13.000 e os 15.000 habitantes.

Esta zona de *Sant Adrià de Besòs*, adjacente à cidade de Barcelona, à semelhança de outras cidades europeias, tendo uma localização já bastante periférica, é caracterizada por ter vários problemas urbanísticos, não só ao nível da sua inserção na estrutura urbana envolvente, mas também fragilidades de carácter socioeconómico, problemas de exclusão social e marginalização. No sentido de solucionar estes desequilíbrios físico-sociais entre a parte oriental da cidade e as zonas central e ocidental, têm vindo a desenvolver-se várias operações de reconversão urbana.

Um dos instrumentos desenvolvido no sentido solucionar os referidos desequilíbrios e iniciar o processo de reconversão do bairro foi o Plano de Transformação do Bairro de *La Mina*. Este instrumento considera como uma intervenção estruturante para a reconversão do bairro, o desenvolvimento da *Rambla de La Mina*, enquanto eixo central estruturador de todo o território, com um forte carácter cívico.

Assim, o projecto da *Rambla de La Mina* procura encontrar soluções que sejam potenciadoras da vivência e apropriação do espaço público, com o objectivo central de contribuir para renovar a identidade e imagem do bairro na cidade de Barcelona. Pretende-se também promover o percurso que vai do *Parc del Besòs* até à frente marítima, e também a continuidade entre os vários espaços adjacentes, isto é, entre o centro e o resto do bairro.

Com efeito, o Bairro de *La Mina*, dadas as suas características morfológicas, constitui claramente um enclave metropolitano, visível tanto do mar, como da montanha. Assim, intervir neste território com formas marcantes poderia ser interessante, no sentido de quebrar alguns dos preconceitos sociais existentes (recordemo-nos que *La Mina* é sistematicamente considerada como o bairro mais perigoso de Barcelona). Um dos factores diagnosticados pela população, nos processos de participação cidadã que acompanharam toda a reconversão do bairro, foi a necessidade de lhe atribuir cor. Neste sentido, foram elaborados estudos de cor e de formas, de modo a compreender qual a solução que melhor funciona nesta realidade.

Deste modo, a intervenção ao nível do chão da *Rambla* passou a ser o elemento estruturante de toda a proposta, assumindo-se que, [1] esta deve ser um novo elemento urbano no qual se alicerça toda a malha do bairro; [2] um lugar no qual se expressará a diversidade comunitária; [3] um eixo fundamental de conexão entre o *Parc del Besòs* e a frente marítima; [4] um lugar acrescido de valor estratégico com a passagem do eléctrico.

Em suma, com o projecto da *Rambla de La Mina*, pretende-se criar um núcleo de forte carga simbólica, que possa vir a constituir-se como uma nova centralidade urbana, respondendo às necessidades do bairro.



Vistas do estado actual de execução da *Rambla de La Mina* Fonte – Remesar, 2008

No âmbito de estudar a capacidade real de o espaço público *Rambla de La Mina* promover a coesão territorial do espaço urbano em que se insere, mas também com o objectivo de testar a relevância e operacionalidade dos princípios enunciados, anteriormente, desenvolveu-se um processo de avaliação do mesmo. O referido processo de avaliação baseia-se em dez critérios correspondentes aos princípios orientadores apresentados, e consiste na identificação dos pontos fortes e das fragilidades do caso de estudo face a estes mesmos critérios, e segundo as escalas territoriais que se definirão de seguida.

Tal como se referiu anteriormente, os espaços públicos, no sentido de promoverem a coesão territorial, têm que ser planeados, programados e projectados segundo diferentes escalas territoriais (EA - contexto territorial em o espaço público se insere; EB – área envolvente ao espaço público; EC – área de inserção do espaço público). Importa ainda referir que a abrangência de cada uma destas escalas depende directamente da tipologia do espaço público, das funções que nele se desenvolvem e também das dinâmicas por ele / nele geradas.

Assim, no sentido de avaliar o presente espaço público face à problemática da coesão, importa identificar o âmbito da sua influência territorial, no que se refere a estas três escalas. Neste sentido



verifica-se que a *Rambla de La Mina*, [1] tem uma localização geográfica algo periférica face à cidade de Barcelona; [2] desempenha funções que assumem, fundamentalmente, um carácter local; e [3] estabelece ligações que, quer no que se refere à rede de transportes, quer no que diz respeito ao desenho da malha urbana, têm uma incidência máxima ao nível da área oriental da cidade de Barcelona. Deste modo, considera-se (Figura 3):

>O **contexto territorial (EA)** máximo deste espaço público é a Cidade de Barcelona, (com expressão apenas ao nível de alguns dos princípios), sendo a sua incidência real a área envolvente ao rio Besòs.

>A **área envolvente ao espaço público (EB)** corresponde, numa visão mais abrangente ao Bairro de *La Mina*, e num âmbito mais local à envolvente directa da *Rambla de La Mina*.

>A **área de inserção do espaço público (EC)**, naturalmente, corresponde ao espaço da *Rambla de La Mina*.

Escalas territoriais de análise da *Rambla de La Mina*

No que diz respeito ao contexto territorial (EA), pretende-se fundamentalmente avaliar a adaptabilidade do projecto de espaço público face a linhas estratégicas existentes, definidas por instrumentos de gestão territorial com incidência na área de influência do espaço público. Neste sentido, assumindo esta escala como área máxima a cidade de Barcelona e, como área real, a envolvente ao *Rio Besòs*, importa analisar as estratégias definidas no Plano Geral Metropolitano bem como pelas Modificações ao Plano Geral Metropolitano para o Sector da Frente Litoral e Margem Direita do *Rio Besòs*.

No que se refere à área envolvente ao espaço público (EB), pretende-se avaliar se o projecto da *Rambla de La Mina* se encontra adequado à realidade que pretende servir, não só ao nível da sua inserção formal no desenho urbano do Bairro de *La Mina*, mas também face à realidade social e económica existente e às dinâmicas que se pretendem gerar no bairro, às condições ambientais e às necessidades e expectativas dos seus potenciais utilizadores. Para o efeito importa ter em consideração as estratégias e intenções traduzidas pelo Plano de Transformação do Bairro de *La Mina*, pelo PERI de *La Mina*, e pelo Plano de Acções para o Bairro de *La Mina*. Ainda no âmbito desta escala territorial, a avaliação apresentada para a envolvente directa da *Rambla* baseia-se em análises de campo desenvolvidas directamente no local, metodologia que de resto, também foi adoptada para a avaliação ao nível da própria área de inserção do espaço público (EC).

No sentido de dar seguimento ao presente processo de avaliação do projecto de espaço público, face às suas capacidades de promover a coesão territorial do espaço urbano em que se insere, importa então sintetizar os pontos fortes e as fragilidades do mesmo, para cada um dos princípios de coesão territorial apresentados, e tendo em consideração as referidas escalas territoriais (Quadro 2).

O diagnóstico apresentado leva a antever uma avaliação global bastante positiva do espaço público enquanto promotor da coesão territorial, e logo qualificador do espaço urbano em que se insere. Com efeito, salienta-se que o projecto da *Rambla de La Mina*, tal como foi concebido, constitui uma estrutura de



enorme valor no sentido de incrementar a **identidade** local, e de promover a **dinâmica social**, uma vez que através da sua tipologia e das funções desenvolvidas contribui fortemente para a qualificação da sua envolvente, aumentando a apropriação e logo o carácter identitário do local, a par com a minimização dos fenómenos de exclusão social e marginalização. Também ao nível da **continuidade e permeabilidade**, este espaço público tem um desempenho muito positivo, contribuindo para a continuidade formal do desenho urbano da sua envolvente, mas também para aumentar a permeabilidade do bairro, “abrindo-o ao exterior”, e a permeabilidade visual entre a frente marítima e o *Parc del Besòs*.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
EA – CONTEXTO TERRITORIAL	
	
<p>Adaptabilidade face à estratégia de, recuperar espaço para a construção de espaços públicos, definida para a cidade de Barcelona. [Identidade]</p> <p>Criação e disponibilização à comunidade de novos espaços públicos. [Identidade]</p> <p>Necessidade de reconverter e requalificar a área, no sentido de eliminar os fenómenos de exclusão social existentes. Este espaço público, pelas suas características, e pelas dinâmicas sociais que é capaz de gerar, constitui-se como um importante elemento qualificador. [Identidade; Dinâmica Social]</p> <p>Adequada inserção na estrutura biofísica, contribui positivamente para a recuperação e requalificação da frente marítima e das margens do <i>Rio Besòs</i>. [Integração Biofísica]</p> <p>Diminuição do efeito barreira que constitui a frente marítima. Esta intenção está presente no projecto do espaço público, que estabelecendo a ligação com este elemento natural, o transforma numa mais-valia, a ser desfrutada pelos utilizadores. [Integração Biofísica]</p> <p><i>Rambla de La Mina</i> como novo espaço público, que contribui para o aparecimento de novas dinâmicas sociais. [Dinâmica Social]</p> <p>Espaço público que, se constitui como um pólo gerador de dinâmicas económicas, promovendo o desenvolvimento económico desta área; a dinamização dos espaços públicos através da localização de actividades comerciais e de serviços; e o desenvolvimento de áreas urbanas de carácter funcional misto. [Dinâmica Económica; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Espaço público que pelo eixo estruturante que constitui permite dar resposta a estratégias definidas quer para a Cidade de Barcelona quer para a área do <i>Besòs</i>, tais como conectar as cidades de Barcelona e <i>Sant Adrià</i>; e estender a linha do eléctrico de modo a ligar Barcelona a <i>Sant Adrià</i>, permitindo o acesso ao Fórum e ao novo centro de convenções – <i>TramBesòs</i>. [Mobilidade e Acessibilidade; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Espaço público que pela diversidade de funções que engloba possibilita a criação de equipamentos de serviço à comunidade. [Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Projecto do espaço público elaborado com base em processos de participação cidadã. [Participação Cidadã]</p>	<p>Face ao sistema geral de espaços públicos da área do <i>Besòs</i>, que inclui o <i>Parc del Besòs</i>, e o futuro parque urbano localizado na margem do rio <i>Besòs</i>, no sistema local de espaços públicos, no qual se inclui a <i>Rambla de La Mina</i>, deveria existir espaços verdes, no sentido de promover a continuidade. [Identidade; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>O projecto de espaço público não desenvolve a programação de uma rede de serviços a localizar na <i>Rambla</i>, no sentido de contribuir para a intenção de transformar a frente marítima da zona oriental de Barcelona, numa das mais atractivas em termos de serviços. [Dinâmica Económica; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Projecto de espaço público que não tem em consideração a criação de bolsas de estacionamento adicionais, junto a equipamentos e espaços públicos (são previstos poucos lugares de estacionamento). [Mobilidade e Acessibilidade]</p>



PONTOS FORTES	Pontos Fracos
EB – ESPAÇO ENVOLVENTE	
	
<p>As cores utilizadas no pavimento quebram a monocromia do bairro, trazendo uma nova dinâmica á sua imagem – imagem mais atractiva, moderna e actual. [Identidade; Continuidade e Permeabilidade; Adaptabilidade dos Materiais]</p> <p>Desempenha um papel estruturante, no bairro, “abrindo” o espaço á sua envolvente, ajudando a eliminar o efeito negativo da grande volumetria dos edifícios, combatendo a exclusão social. [Identidade; Dinâmica Social; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Estabelece a ligação mar – montanha, isto é, entre o <i>Parc del Besòs</i> e a frente marítima, favorecendo a ligação física e visual. [Identidade; Integração Biofísica; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Espaço público que estabelece a relação com a envolvente, promovendo a utilização por parte de utilizadores exteriores ao bairro. [Identidade]</p> <p>Potencial gerador de dinâmicas económicas na envolvente, nomeadamente ao nível do sector terciário. [Identidade; Dinâmica Económica]</p> <p>Espaço público que pelas suas funções promovendo a sua apropriação por diferentes culturas e etnias. [Identidade; Dinâmica Social; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Adequada inserção do espaço público na orografia local, tirando partido da localização privilegiada, com ligação ao mar e vista para a montanha. [Integração Biofísica]</p> <p>Existência de equipamentos, que promovem a inclusão social, gerando dinâmicas do exterior para o interior do bairro. [Dinâmica Social; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Novos espaços habitacionais que geram novas dinâmicas sociais, trazendo novos habitantes ao bairro, promovendo a diminuição da exclusão social. [Dinâmica Social]</p> <p>Aparecimento de novos postos de trabalho. [Dinâmica Económica]</p> <p>Melhoria das condições de mobilidade da população, bem como a rede de transportes públicos. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Boas ligações viárias com a envolvente. É facilitada a conexão entre as duas partes do bairro, através dos vários atravessamentos do espaço público. [Mobilidade e Acessibilidade; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Desenho da rede de circulações do espaço público de forma a dar continuidade ao desenho urbano do bairro. [Mobilidade e Acessibilidade; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Promoção de modos suaves de circulação (eléctrico, pedonal e ciclovias), no acesso ao espaço público. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Tipologia e funções desenvolvidas no espaço público que contribuem para o grande objectivo projectual de promover a qualificação formal, social e económica do bairro. [Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Projecto baseado num processo participativo no qual se identificaram as seguintes expectativas / necessidades da população, que foram</p>	<p>Inexistência de espaços verdes que promovam a ligação à rede de espaços verdes existente, nomeadamente o <i>Parc del Besòs</i>. [Identidade; Integração Biofísica; Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Ausência de espaços especializados para escalões etários específicos (p.e. crianças). [Dinâmica Social]</p> <p>Novos edifícios de habitação na envolvente directa do espaço público, que poderão vir a gerar dinâmicas económicas indutoras da privatização do espaço público. [Dinâmica Económica]</p> <p>Algumas ligações pedonais com o bairro são muito precárias (estreitamentos, ligações escuras, etc.), desfavorecendo a segurança nos atravessamentos e ligações à envolvente do espaço público. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Fracas ligações entre as ciclovias propostas e as existentes. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Poucos lugares de estacionamento para transporte individual, para acolher os utilizadores do espaço público, nomeadamente junto aos equipamentos (pólos geradores de tráfego). [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Ausência de actividades específicas, de modo a servir sectores individualizados da população do bairro, podendo levar a utilizações indevidas do espaço público, ou mesmo acções de vandalismo. [Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Fracas condições para o acesso ao espaço público utilizando bicicleta. [Segurança e Conforto]</p> <p>Inexistência de mecanismos que impeçam o estacionamento abusivo nas zonas pedonais de acesso ao espaço público. [Segurança e Conforto]</p> <p>Inexistência de mecanismos de acalmia de tráfego nas vias de acesso ao espaço público. [Segurança e Conforto]</p> <p>Alguns espaços de ligação da <i>Rambla</i> com a envolvente são escuros, indutores de sentimento de insegurança. [Segurança e Conforto]</p>
<p>tidas em consideração no projecto de espaço público. [Participação Cidadã]</p>	



PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
EC – ÁREA DO ESPAÇO PÚBLICO	
	
<p>Pavimento de cores que face à grande densidade e elevada volumetria dos edifícios, torna o espaço público mais atractivo para a população. [Identidade; Dinâmica Social]</p> <p>Boa iluminação, que promove o sentimento de segurança, e logo a maior utilização do espaço público. [Identidade; Segurança e Conforto]</p> <p>Orientação solar Noroeste – Sudeste, possibilitando bons níveis de insolação e evitando-se a exposição directa aos ventos de norte. [Integração Biofísica; Segurança e Conforto]</p> <p>Alinhamento com a frente marítima, permitindo a refrigeração natural do espaço público, através da brisa marinha – mar como regulador térmico. [Integração Biofísica]</p> <p>Localização de novos equipamentos no espaço público, que se podem vir a constituir como pólos dinamizadores de actividades económicas e elementos promotores de inclusão social. [Dinâmica Social; Dinâmica Económica; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Boas condições para a circulação de pessoas com mobilidade reduzida; população idosa; e carrinhos de bebé. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Existência de faixas dedicadas, promovendo a separação física dos diferentes tipos de circulações. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Alinhamentos de arborização, facilitando a leitura do espaço, e logo a rápida percepção das áreas pedonais, de circulação do eléctrico, ciclovias e de trânsito rodoviário. [Mobilidade e Acessibilidade; Continuidade e Permeabilidade; Segurança e Conforto]</p> <p>Evolução da cor do pavimento de verde – montanha – para azul – mar – que se constituiu como um elemento escultórico que enfatiza a continuidade da <i>Rambla</i> e a permeabilidade visual entre estes dois elementos. [Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Espaço público amplo, de carácter genérico, multifuncional, permitindo uma grande liberdade na sua utilização, atraindo diversos tipos de população (escalões etários, etnias, etc.). [Identidade; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Passagem da linha de eléctrico, com ligação a <i>Sant Adrià</i>, pela parte central da <i>Rambla</i>, trazendo novas pessoas ao bairro, que constituem potenciais utilizadores deste espaço público. [Dinâmica Social; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Tipologia de espaço público e funções desenvolvidas facilmente adaptáveis a possíveis alterações de hábitos ou necessidades dos seus utilizadores. [Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Espaço público dotado de vários espaços de estadia para os seus utilizadores. [Identidade; Diversidade e Adaptabilidade de Funções]</p> <p>Pavimentação em asfalto de cores, que promove o carácter identitário do espaço público. [Identidade; Segurança e Conforto; Adaptabilidade dos Materiais]</p> <p>Utilização de materiais no mobiliário urbano, que promovem o</p>	<p>Espaços pedonais da <i>Rambla</i> (central e laterais) com pouca sombra. Este factor dificulta a estadia da população no verão, uma vez que, dadas as condições climatéricas de Barcelona, o espaço público torna-se muito quente. [Identidade; Integração Biofísica]</p> <p>Ausência de abrigos para a chuva. [Identidade; Segurança e Conforto]</p> <p>Ausência de reguladores térmicos, como planos de água ou árvores de folha caduca. [Integração Biofísica; Segurança e Conforto]</p> <p>Forte impermeabilização do solo. [Integração Biofísica]</p> <p>Inexistência de ciclovias na ligação <i>Parc del Besòs</i> – frente marítima. Existem apenas ciclovias nas ligações transversais. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Inexistência de mecanismos de acalmia de tráfego rodoviário, que confirmam prioridade ao peão, nos atravessamentos transversais à <i>Rambla</i>. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Nos atravessamentos rodoviários transversais à <i>Rambla</i>, circulação pedonal fica dependente de semaforização, não lhe sendo conferida prioridade. [Mobilidade e Acessibilidade]</p> <p>Alguns dos novos edifícios quebram a permeabilidade visual do espaço público para o mar. [Continuidade e Permeabilidade]</p> <p>Não são utilizados materiais reciclados, este factor parece não ser uma preocupação presente na construção deste espaço público. [Adaptabilidade dos Materiais]</p>
<p>conforto dos seus utilizadores (p.e. bancos de madeira). [Segurança e Conforto; Adaptabilidade dos Materiais]</p>	

Quadro 2 – Síntese da avaliação e diagnóstico do projecto da *Rambla de La Mina* – pontos fortes e pontos fracos

De referir que este projecto tem também uma avaliação bastante positiva ao nível da **participação cidadã**, uma vez que todo o seu desenvolvimento se sustenta num processo participado, em que se procura dar resposta às necessidades e expectativas da população alvo.

Outros critérios que apresentam também uma avaliação muito positiva, embora com alguns pontos fracos relevantes são: a mobilidade e acessibilidade; a diversidade e adaptabilidade de funções; e a adaptabilidade dos materiais. Ao nível da promoção das condições de **mobilidade e acessibilidade** verifica-se que este espaço público desempenha um papel fundamental, não só ao nível do Bairro de *La Mina* em si, mas também no que se refere à ligação do bairro com a sua envolvente directa, com a cidade de *Sant Adrià*, ou mesmo num contexto mais alargado com a cidade de Barcelona. No entanto, embora a avaliação a este nível seja bastante positiva apontam-se alguns pontos fracos ao projecto, nomeadamente no que diz respeito à falta de lugares de estacionamento para transporte individual, à degradação / desqualificação de alguns acessos à *Rambla*, bem como inexistência de métodos de acalmia do tráfego rodoviário que permitam conferir prioridade ao peão.

No que se refere à **adaptabilidade e diversidade de funções**, este espaço público através do desenvolvimento de um programa funcional misto, de serviço à comunidade, contribui positivamente para o grande objectivo projectual de promover a qualificação formal, social e económica do bairro. Apontam-se no entanto dois aspectos negativos, um primeiro que não se considera ser muito relevante, que se prende com o facto de o espaço público não dar prioridade à intenção de transformar esta área numa zona especializada em serviços; e um segundo, mais relevante, relacionado com a ausência de actividades específicas para sectores individualizados do bairro, factor que pode estar na origem de utilizações indevidas, ou mesmo acções de vandalismo.

Quanto à **adaptabilidade dos materiais** às funções que se pretende que desempenhem, considera-se uma avaliação globalmente positiva, uma vez que os materiais utilizados contribuem para a promoção do carácter identitário do espaço público; são duráveis e resistentes à utilização intensa e às adversidades do meio, promovendo também o conforto dos seus utilizadores. No entanto aponta-se um ponto fraco que se considera ser relevante, este prende-se com o facto de não haver a preocupação de utilizar materiais reciclados na concepção do espaço público.

De salientar ainda os três últimos princípios / critérios de avaliação, que embora tenham uma avaliação genericamente positiva, apresentam alguns aspectos negativos que se consideram ser algo relevantes para a avaliação global do espaço público, face à problemática da coesão territorial. Verifica-se uma adequada **integração biofísica** do espaço público, contribuindo para a recuperação e requalificação da frente marítima e das margens do rio *Besòs*, (importantes estruturas naturais), tirando partido desta localização privilegiada, e orientando-se favoravelmente face à exposição solar e aos ventos dominantes. Apontam-se no entanto três principais pontos fracos: [1] o projecto não assume como factor determinante a ligação entre as várias estruturas ecológicas existentes, no sentido de lhes dar continuidade; [2] ausência de reguladores térmicos naturais, como planos de água ou árvores de folha caduca; [3] forte impermeabilização do solo.

Apresentam-se como principais pontos fortes, capazes de gerar **dinâmica económica** no local, o facto de o espaço público, pela sua tipologia e pelas funções que desenvolve, constituir um pólo gerador de novas actividades económicas, nomeadamente ao nível do sector terciário. No entanto, a este nível identificam-se igualmente fragilidades, relacionadas com o facto de não se desenvolver a programação de uma rede integrada de serviços para a *Rambla*, e também com o aparecimento de novos edifícios de habitação na envolvente directa do espaço público, que poderão vir a gerar dinâmicas económicas potenciadoras de privatização do mesmo, caso não sejam tomadas medidas mitigadoras.

Por último, importa referir que o espaço público em análise apresenta boas condições ao nível da **segurança e conforto** dos seus utilizadores, quer ao nível da circulação na *Rambla*, da leitura e compreensão do espaço público, da iluminação do mesmo, ou mesmo dos materiais utilizados.

São no entanto apontadas algumas fragilidades que se consideram determinantes para a avaliação global do espaço público, como sejam [1] a inexistência de mecanismos de acalmia de tráfego nas vias de acesso à *Rambla*; [2] algumas ligações desqualificadas ao bairro, que induzem o sentimento de insegurança; [3] a ausência de barreiras acústicas que protejam o espaço público do ruído da envolvente, nomeadamente provocado pelo tráfego rodoviário; [4] inexistência de abrigos que permitam aos utilizadores protegerem-se das adversidades do meio; bem como [5] a existência de planos de água que permitam “refrescar” o espaço público.

Como se referiu anteriormente, no sentido de substanciar a avaliação qualitativa apresentada, procedeu-se à elaboração de uma avaliação geral, baseada numa escala quantitativa, em que se atribui, para cada um dos princípios / critérios, uma classificação ao projecto de espaço público enquanto promotor de coesão territorial.

Deste modo, os dez critérios apresentados definem a matriz de avaliação do espaço público enquanto promotor de coesão territorial. No contexto da referida avaliação geral, a cada um destes critérios é atribuída uma classificação isolada, que formará parte de um todo, que constituirá a avaliação global do espaço público face à problemática da coesão territorial (Nunes da Silva, et al, 2001).

Com efeito, cada princípio / critério foi avaliado segundo uma escala numérica de 1 a 5, que expressa a maior ou menor qualidade do projecto de espaço público, face à problemática da coesão territorial do espaço urbano, sendo (adaptado de Nunes da Silva, et al, 2001):

**>5 o nível mais elevado de qualidade do espaço público**, sendo diagnosticados poucos aspectos negativos e quase sem expressão.

**>4 um elevado nível de qualidade do espaço público**, sendo diagnosticados pequenos aspectos negativos, com alguma expressão.

**>3 o nível médio de qualidade do espaço público**, em que existe um equilíbrio entre os aspectos positivos e as fragilidades diagnosticadas.

**>2 um baixo nível de qualidade do espaço público**, sendo diagnosticados vários aspectos negativos.

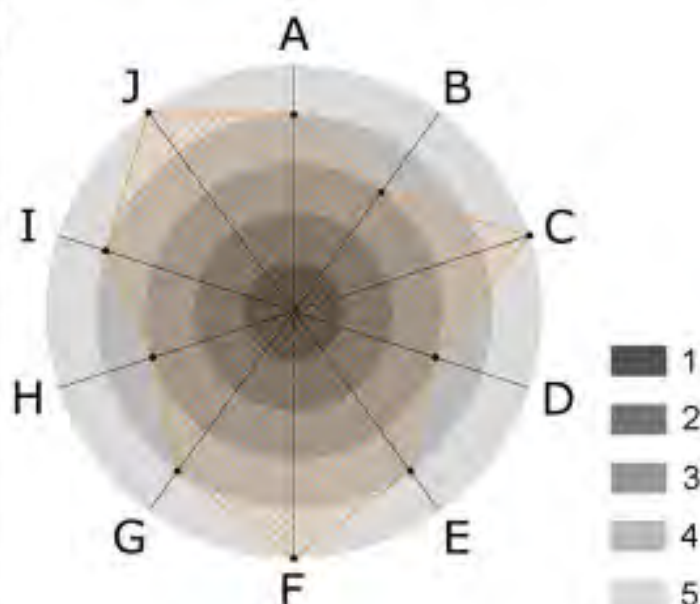
**>1 o nível mais baixo de qualidade do espaço público** – qualidade negativa / problemática – em que são diagnosticados poucos aspectos positivos, e quase sem expressão.

Tendo em consideração os pontos fortes e fracos diagnosticados, para cada um dos princípios de coesão territorial e respectivas escalas, apresenta-se de seguida a classificação atribuída a cada um deles, bem como uma possível representação gráfica desta avaliação (Figura 4), no sentido de ajudar a compreender a realidade do espaço público *Rambla de La Mina*, face a esta abordagem.

De referir que a avaliação global apresentada resulta da premissa de que todos os princípios têm a mesma importância na coesão territorial deste espaço, através do espaço público *Rambla de La Mina*.

Face a esta avaliação verifica-se que este espaço público tem um melhor desempenho em determinados princípios de coesão territorial – Dinâmica Social; Continuidade e Permeabilidade; Participação Cidadã – seguindo-se outros critérios também com um desempenho muito positivo, embora com uma classificação inferior – Identidade; Mobilidade e Acessibilidade; Diversidade e Adaptabilidade de Funções; Adaptabilidade dos Materiais – e por último princípios que embora tenham uma avaliação geral positiva, apresentam algumas fragilidades, pelas razões já apontadas – Integração Biofísica; Dinâmica Económica; Segurança e Conforto.

Princípios / Critérios	Classificação
A Identidade	4
B Integração Biofísica	3
C Dinâmica Social	5
D Dinâmica Económica	3
E Mobilidade e Acessibilidade	4
F Continuidade e Permeabilidade	5
G Diversidade e Adaptabilidade de Funções	4
H Segurança e Conforto	3
I Adaptabilidade dos Materiais	4
J Participação Cidadã	5
<b>Avaliação Global</b>	<b>4</b>





Assim, verifica-se, que o espaço público em análise tem globalmente, uma avaliação muito positiva (classificação de 4 na escala de 1 a 5), no que se refere à problemática da coesão territorial. Com efeito, depreendendo-se que a *Rambla de La Mina* se encontra adaptada à realidade que pretende servir, não só ao nível da forma urbana, mas também no que concerne aos aspectos sociais, económicos e ambientais do território em que se insere.

## Conclusões

Através do estudo desenvolvido foi possível verificar que o espaço público, desempenha um papel estruturador do território urbano, desempenhando importantes funções urbanísticas (formais, económicas, sociais e ambientais), permitindo a interligação, conexão e coerência de diferentes espaços do território urbano, promovendo assim, coesão territorial nas suas variadas dimensões – continuidade formal e ambiental; mobilidade e acessibilidade; visibilidade; centralidade (mix de usos); coesão ao nível social e económico – que devem ser pensadas como um todo e não isoladamente.

Comprova-se assim, ser fundamental pensar as intervenções de espaço público como instrumentos capazes de contribuir para a solução das problemáticas de coesão, nas diversas escalas, do tecido urbano. Neste contexto, a definição de linhas orientadoras que guiem os projectos de espaço público em prol da coesão territorial, demonstrou-se ser uma forma bastante adequada para promover a criação de espaços urbanos coerentes, integrados e inclusivos.

Verifica-se também a necessidade de planejar os espaços públicos a diferentes escalas territoriais, isto é, não apenas à escala local, mas também a escalas mais alargadas, como o bairro, a cidade, a região, o país, ou mesmo à escala internacional, no sentido de, efectivamente, promover a coesão territorial. De salientar que a coesão territorial, nas suas diversas dimensões, só pode ser verdadeiramente atingida, quando todos os princípios definidos orientarem, de forma integrada, os projectos de espaço público, não apenas ao nível da área de inserção do mesmo, ou da sua irradiação directa, mas também ao nível da sua envolvente mais alargada, e mesmo do contexto territorial em que se insere.

As problemáticas de coesão territorial abordadas têm uma grande influência nos territórios urbanos já consolidados e desenvolvidos (como o são as grandes metrópoles), mas têm um impacte ainda maior em territórios mais fragilizados, onde o desenvolvimento económico é fraco, as condições de vida da população são precárias, o desenvolvimento das redes de transporte é insuficiente para assegurar a ligações necessárias, entre outros factores.

Assim, é neste tipo de territórios (mais fragilizados), que a promoção da coesão territorial assume especial importância, surgindo o planeamento e programação dos espaços públicos como um valioso instrumento em prol da criação de espaços urbanos coerentes e inclusivos. Pode então considerar-se que, os princípios orientadores para a coesão territorial, quando “utilizados” de forma integrada, isto é, pensando na globalidade dos princípios e na sua representatividade nas diferentes escalas territoriais, constituem importantes ferramentas para impulsionar o desenvolvimento e competitividade territorial.

O projecto da *Rambla de La Mina* foi desenvolvido no âmbito do processo de regeneração do Bairro de *La Mina*, com o objectivo de contribuir para solucionar alguns dos problemas urbanísticos existentes, nomeadamente, promovendo a vivência e apropriação do espaço público, contribuindo positivamente para a melhoria da identidade do bairro.

Através do processo de avaliação desenvolvido, para o espaço público (*Rambla de La Mina*), foi possível verificar que o mesmo tem, (no âmbito da coesão territorial), um melhor desempenho ao nível da dinâmica social; da promoção da continuidade e permeabilidade, e da participação cidadã. Seguem-se outros critérios como a identidade, a mobilidade e acessibilidade, a diversidade e adaptabilidade de funções e a adaptabilidade dos materiais. Por último surgem os princípios que embora tenham uma avaliação geral positiva, apresentam algumas fragilidades, como a integração biofísica, a dinâmica económica, e a segurança e conforto na utilização do espaço público.

Com efeito, verifica-se que a *Rambla de La Mina* tem globalmente, uma avaliação muito positiva no que concerne à problemática da coesão territorial, levando a concluir que este espaço público se encontra adaptado à realidade que pretende servir, não só ao nível do desenho urbano, mas também no que diz respeito aos aspectos sociais, económicos e ambientais do território em que se insere.

Por último, conclui-se que o processo de avaliação desenvolvido permite orientar os processos de planeamento urbano no sentido da coesão territorial, uma vez que, através do diagnóstico elaborado, torna-se possível identificar quais os principais problemas e as respectivas causas, definindo-se estratégias

e medidas de intervenção, com o objectivo principal de colmatar as fragilidades encontradas e solucionar eventuais problemas.

### Referencias bibliográficas

- Área Metropolitana de Barcelona; *El Plan Estratégico Metropolitano de Barcelona*; 2003; Barcelona.  
 Borja, Jordi; *La Ciudad Conquistada*; Alianza Editorial; 2003; Madrid.  
 Borja, Jordi; Muxi, Zaida; *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*; Electa; 2003; Barcelona.  
 Brandão, Pedro; Carrelo, Miguel; Águas, Sofia; *O Chão da Cidade*; CPD; 2002; Lisboa.  
 Brandão, Pedro; Remesar, Antoni; *Design Urbano Inclusivo: Uma experiência de projecto em Marvila “Fragmentos e Nexos”*; Centro Português de Design; 2004; Lisboa.  
 Castro, Alexandra; *Coexistência Social e Cividade – Contributos para uma Reflexão sobre os espaços públicos Urbanos*; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5; CET – ISCTE; 2002 (Dezembro).  
 Davoudi, Simin; *Understanding Territorial Cohesion*; in *Planning Practice and Research*; Regional Studies Association, Vol. 20, n.º 4; Routledge; 2005; London.  
 Faludi, Andreas; *From European spatial development to territorial cohesion policy*; in *Regional Studies*; Vol. 40, n.º 6; Routledge; 2006; London.  
 Gonçalves, Jorge; *Os espaços públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*; Coleção Teses; Universidade Lusíada Editora; 2006; Lisboa.  
 Jones, Peter Blundell; Petrescu, Doina; Till, Jeremy; *Architecture and Participation*; Spon Press; 2005; Londres e Nova Iorque.  
 Nunes da Silva, Fernando; Serdoura, Francisco M.; Costa, João Pedro; *Cultural Identity and Spatial Segregation in the Public Spaces of Lisbon*; in *actas de ISOCARP Congress 2001*.  
 Nunes Da Silva, Fernando; *A participação das populações nos processos de planeamento, transformação e gestão do território*; in *1º Seminário de Engenharia do Território: Planear-Transformar-Gerir*; Instituto Superior Técnico – Núcleo de Estudo dos Alunos de Engenharia do Território; 2003 (Maio); Lisboa.  
 Pereira, Cristóvão; Sisti, Cláudia; Vicente, Sérgio; Lopes, Telmo; *La Mina, Reflexos de uma aproximação projectual*; in *actas Seminário de Arte Pública: Almada 5/6 Maio*; 2007; Almada.  
 Pol, Enric; *El modelo dual de la apropiación del espacio*; *Psicología y Medio Ambiente, Aspectos psicosociales, educativos y metodológicos*; Asociación Galega de Estudos e Investigación Psicosocial; 2002; Galicia.  
 Remesar, Antoni; POL, Enri; *Repensar el río. Usos sociales del río Besòs*; Universitat de Barcelona; 1999; Barcelona.  
 Remesar, Antoni; *Arte público y diseño urbano en los procesos de regeneración urbana*; 2007; sl.  
 Remesar, Antoni; *Civic Empowerment: un reto para el arte público en los procesos de diseño urbano*; in *Criação e Constrangimento*; UNL – FCSH; 2007; Lisboa.  
 Remesar, Antoni; Vidal, Tomeu (Direcció); Ricart, Núria (Coordinació); *Cartografies de La Mina*; CR Polis – Universitat de Barcelona; Consorci del Barri de la Mina; sl; Barcelona.  
 Valada, Rui ; *espaço público : uma aposta para o futuro* ; in *Sociedade e Território*, n.º 37/38; 2004 (Junho); Lisboa.

### NOTES

<sup>1</sup> Mestre em Engenharia do Território pelo IST, doutoranda UB - Espacio Publico y Regeneración Urbana. O presente artigo foi realizado com base na Tese de Mestrado com o título: “Espaço Publico, Contributos para a Coesão Territorial do espaço Urbano”.